

## Revisão da literatura sobre os estudos de responsabilização escolar no Brasil

### *Literature review on accountability studies school in Brazil*

### *Revisión de la literatura sobre estudios de responsabilidad escuela en Brasil*

*Eric Passone<sup>1</sup>*

*Milena Gabrielli Lima Roncoli<sup>2</sup>*

**Citação:** PASSONE, E.; RONCOLI, M. G. Revisão da literatura sobre os estudos de responsabilização escolar no Brasil. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 16, e84282. Abril de 2022.



<http://10.5380/jpe.v16i0.84282>

#### **Resumo**

Esta pesquisa tipo “estado do conhecimento” investigou a produção acadêmico-científica acerca das políticas de responsabilização escolar à luz do conceito de *accountability*. Apresenta-se os resultados da análise lexical de artigos dos últimos dez anos do Portal de Periódico da CAPES, identificando-se 46 artigos em periódicos revisados por pares a partir dos descritores escolhidos. Trata-se de estudo qualitativo cujos dados foram analisados por meio de Análise de Conteúdo. Constata-se o avanço da pesquisa nacional sobre *accountability* em quadro grandes dimensões: avaliação, gestão, políticas de responsabilização e reforma educacional.

**Palavras-chave:** políticas educacionais, avaliação em larga escala, qualidade da educação, *accountability*, responsabilização escolar.

#### **Abstract**

This research investigated the academic-scientific production on school accountability policies in light of the concept of *accountability*. A "State of the knowledge" study inventoried the works deposited in the

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão Educacional da Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0305-6734> E-mail: [eric.passone@unicid.edu.br](mailto:eric.passone@unicid.edu.br)

<sup>2</sup> Bolsista de Iniciação Científica. Curso de Psicologia da Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6881-0403> E-mail: [milenagroncoli@gmail.com](mailto:milenagroncoli@gmail.com)

Pesquisa: O estado do conhecimento sobre os estudos de responsabilização escolar no Brasil: uma revisão da literatura. CNPq

CAPES Periodical Portal, identifying 46 articles in peer-reviewed journals between 2010 and 2020. This is a qualitative study whose data were analyzed using Content Analysis. There has been progress in national research on accountability in large dimensions: evaluation, management, accountability policies and educational reform.

**Keywords:** educational policies, large-scale assessment, quality of education, accountability, school accountability.

### Resumen

Esta investigación indagó en la producción académico-científica sobre las políticas de responsabilidad escolar a la luz del concepto de *accountability*. Un estudio del "estado del conocimiento" inventarió los artículos depositados en el Portal de Revistas de CAPES, identificando 46 artículos en revistas revisadas por pares entre 2010 y 2020. Se trata de un estudio cualitativo cuyos datos fueron analizados mediante Análisis de Contenido. Ha habido avances en la investigación nacional sobre la rendición de cuentas en grandes dimensiones: evaluación, gestión, políticas de rendición de cuentas y reforma educativa.

**Palabras clave:** políticas educativas, evaluación a larga escala, calidad de la educación, rendición de cuentas, responsabilidad escolar.

### Introdução

Em face ao crescimento do campo de pesquisa na área da educação, optou-se em realizar uma pesquisa bibliográfica a respeito da produção acadêmico-científica acerca das políticas de responsabilização escolar à luz do conceito de *accountability*. A relevância dos estudos do tipo revisão bibliográfica na pesquisa em educação consiste em produzir de modo criterioso uma sistematização das contribuições quanto à constituição, organização e análise de determinados campos ou áreas de conhecimento; à identificação de aportes inerentes à construção teórica e práticas educativas; ao apontamento de restrições e lacunas sobre um determinado campo de pesquisa; e à identificação e disseminação de experiências educativas inovadoras, tendo em vista o apontamento de alternativas para a promoção de possíveis mudanças na realidade educacional do país (PASSONE, 2019).

As avaliações de Políticas Educacionais exercem função fundamental nas sociedades democráticas modernas, na medida em que orientam os tomadores de decisões e os profissionais da educação em suas práticas institucionais e cotidianas, produzindo informações acerca dos sistemas de ensino, do acesso, da permanência e qualidade da educação brasileira (PEREZ; PASSONE, 2014). Concomitantemente, as políticas de avaliação educacionais colocam em debate uma série de questões que remetem às diferentes realidades existentes, os desafios e os impasses relacionados às sociedades democráticas nesse início de século XXI. Cabem às políticas públicas de educação e aos sistemas de ensino fornecerem as condições de possibilidade para o

desenvolvimento integral de todos os alunos, com equidade e qualidade, tendo por fundamentos o direito à educação e a democratização do ensino.

No Brasil, nos últimos 30 anos, apesar da relevância da implementação dos dispositivos de avaliação educacional, enquanto subsídio às políticas públicas que compõem os sistemas federados de ensino (ALAVARSE, 2013), deve-se atentar para o modo como a implementação dos mesmos foi reinscrita por meio do imaginário da “Nova Gestão Pública” ou do modelo gerencial e tecnoburocrático aplicado à gestão das escolas (SOUSA; OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA et al, 2017).

Nessa perspectiva, os discursos sobre as melhorias da educação e, conseqüentemente, as noções de qualidade e *accountability* (avaliação, prestação de contas e responsabilização), têm contingenciado o processo educacional nas últimas décadas, sob o domínio e a hegemonia do pensamento neoconservador e neoliberal, que induz a um modelo único de *accountability* em detrimento de configurações que sejam mais democráticas e progressistas, como aponta Afonso (2012).

Historicamente, a *accountability* não era compreendida como um instrumento de políticas públicas, mas como uma instituição social e simbólica. O termo não possui uma tradução direta em um grande número de idiomas, mas comumente é pensado em termos de “prestação de contas”. Uma instituição pode ser definida como uma relação social dinâmica através da qual a sociedade civil busca controlar o Estado e os agentes públicos. Pressupõe uma relação entre cidadãos e agentes públicos caracterizados por uma forma de desconfiança a priori com relação à qualidade do trabalho dos agentes e dos serviços públicos que a sociedade civil deve, portanto, ser capaz de monitorar. A disseminação dos instrumentos da *accountability* se fundamenta nos pressupostos da Nova Gestão Pública (NGP) (BARBANA et al, 2020).

Para os pesquisadores existem duas grandes diferentes narrativas distintas nas formas de política de responsabilidade: a de alto risco e de baixo risco. A narrativa de “alto risco” ou *high stakes* enseja o modelo Anglo-Saxão, o qual impacta realmente a vida dos professores, os seus interesses e *status*, na medida em que prevê aos professores pagamentos com base nos resultados dos alunos e seu trabalho (*merit pay* ou *performance pay system*), além de sanções variadas (BARBANA et al, 2020). Tal modelo quase hegemônico de *accountability* indica uma forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de avaliação, prestação de contas e responsabilização que, pelo menos

implicitamente, contém e dá ênfase a consequências ou imputações negativas e estigmatizantes (AFONSO, 2012).

A segunda narrativa sugere que os professores exerçam o pensamento reflexivo no trabalho escolar, visando conscientizar os professores sobre o valor de seus métodos de ensino. Trata-se da narrativa acerca a *accountability* denominada de baixo risco (LSA-*Low Stakes Accountability*), que rejeita a publicação de resultados, o ranqueamento e a incitação à concorrência e a competitividade, com base no argumento de que, embora a avaliação seja sobre o aluno, os resultados dos testes têm como alvo os professores.

Barbana, Dumay e Dupriez (2020) denominam de “responsabilidade reflexiva” para descrever tais narrativas que dependem principalmente das capacidades reflexivas dos professores. As políticas implementadas na França, Alemanha, Suíça, Bélgica e, em menor grau, em alguns países escandinavos, são considerados exemplos de tal concepção de responsabilidade.

No âmbito da literatura educacional brasileira há indícios de que o crescente interesse dos governos e gestores educacionais pelas políticas de responsabilização escolar se inscreve como dissenso, isto é, um campo polêmico, com pouca visibilidade do impacto acerca da utilização dos resultados de testes padronizados como instrumentos de gestão educacional e regulação do trabalho escolar por meio dos incentivos monetários por desempenho e/ou programas de responsabilização escolar (PASSONE, 2014, 2019a).

O presente artigo está estruturado em duas grandes dimensões, além dessa introdução, a saber: os aspectos metodológicos da pesquisa bibliográfica sistemática e seus respectivos resultados agrupados em eixos temáticos.

### **Aspectos metodológicos**

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do banco de periódicos da CAPES, compreendendo o período entre 2010 e 2020. Com a aplicação do filtro “periódicos revisados por pares” identificou-se 2.347 artigos relacionados aos descritores “Accountability” e “Responsabilização Escolar”. Em seguida, aplicou-se o filtro *education* resultando em 168 artigos. Com a leitura dos resumos, excluiu-se os trabalhos que não se relacionavam com o campo da educação, totalizando 46 artigos, sendo 19 destes relacionados ao descritor “Responsabilização escolar”, 7 artigos com os descritores “Accountability” AND “Responsabilização”, 9 trabalhos com “Avaliação” AND “Responsabilização”, 7 artigos com “Gestão” AND “Accountability”, 2 relacionados aos

descritores “Accountability” AND “Avaliação Educacional” e 2 artigos com “Accountability” AND “Avaliação Externa”.

Nesse processo foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos selecionados os quais passaram por análise de conteúdo. A análise de conteúdo (BARDIN, 1977) abrangeu três principais fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com o propósito de obter significação dos dados coletados. Com base na construção de uma categorização *a posteriori* foram construídos quatro grandes eixos temáticos a partir dos quais se buscou estruturar a presente análise, a saber:

- 1) Reforma da política educacional;
- 2) Avaliação educacional;
- 3) Gestão;
- 4) Políticas de accountability.

Primeiro eixo: Reforma da política educacional e Responsabilização escolar

No Quadro 1 estão reunidos treze artigos os quais tratam das novas formas de regulação da educação e suas respectivas reformas educacionais bem como de seus efeitos globais nos contextos locais (ANDERSON, 2010; SANTOS, 2016; HYPOLITO, 2011; MOLLER; SKEDSMO, 2015; GEORGEN, 2013; FERRETI, 2011; MELO; FERNANDES; OLIVEIRA, 2017; ABDALLA; TAVARES, 2013; FREITAS, 2012; AFONSO, 2015; ÉRNICA, 2013; BAUER; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015; MELGAJERO; SHIROMA, 2019).

Como apontam Passone (2020) e Afonso (2015) é certo que há um alinhamento entre as reformas educacionais locais e as mudanças globais, estas lideradas pelo contexto econômico e orientações das agências multilaterais, como o Banco Mundial e a OCDE (PASSONE, 2014; MELGAREJO E SHIROMA, 2019). Entretanto, ainda, é necessário considerar como cada contexto nacional e suas sociedades políticas incorporam e implementam tais recomendações externas.

Anderson (2010) discute as novas teorias de poder e às relações políticas no âmbito das reformas educacionais internacionais, no âmbito do sistema americano de ensino. Mostra que os atores políticos tradicionais foram cruciais na promoção da legislação relacionadas às reformas educacionais, bem como os novos atores políticos (fundações filantrópicas) promoveram essas reformas por meio de financiamento e programas focados na “performatividade” e na “espetacularização da escola” em torno dos rankings e dos resultados.

Santos (2016) analisa os impactos da internacionalização das políticas educacionais sobre a gestão de uma escola municipal de Curitiba por meio de análise da implementação do PDE-Escola. De acordo com o autor, o PDE-Escola recomenda estratégias às escolas que as levam a se responsabilizar pelos resultados obtidos nas avaliações de desempenho, a desenvolver práticas da Nova Gestão Pública.

Quadro 1: Estudos que abordam Reforma da política educacional e Responsabilização escolar

Autor(es)	Título	Ano
ANDERSON	A Reforma Escolar como Performance e Espetáculo Político	2010
SANTOS	Do global ao local: a implantação das políticas de responsabilização docente, gestão gerencial e avaliação por resultados	2016
HYPOLITO	Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente	2011
MOLLER E SKEDSMO	Nova Gestão Pública na Noruega: o papel do contexto nacional na mediação da reforma educacional.	2015
PASSONE	Incentivos monetários para professores: avaliação, gestão e responsabilização na educação básica	2014
FERRETI	Considerações em torno das formas atuais de organização do trabalho na escola.	2011
MELO, FERNANDES E OLIVEIRA	Federalismo, descentralização e municipalização: desafios das políticas públicas para a gestão educacional	2017
ABDALLA E TAVARES	Do controle estatal às formas de responsabilização: a autonomia do professor coordenador	2013
FREITAS	Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação	2012
AFONSO	Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação	2015
ÉRNICA	Divergências e chão comum: o direito à educação no IV Seminário de Educação Brasileira	2013
BAUER, ALAVARSE E OLIVEIRA	Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate	2015
MELGAJERO E SHIROMA	O projeto de educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento	2019

Fonte: Elaborado pelos autores.

Hypolito (2011) analisa formas gerencialistas de reorganização do Estado e suas repercussões para a educação, em especial, para a gestão, o currículo e o trabalho docente. Conclui, em seu artigo, que as novas formas de gestão não têm contribuído para melhoria da educação básica.

Moller e Skedsmo (2015) investigam a forma que as ideias ligadas às reformas da Nova Gestão Pública foram introduzidas e interpretadas no setor educacional norueguês. Com base na análise das últimas duas décadas, identificaram três arenas de luta discursiva: a primeira vinculada às ideologias e à história nacional da escolarização

norueguesa; a segunda associada aos assuntos que tange ao profissionalismo docente; e, a terceira, associada às estratégias de modernização e melhoria da educação advindas da reforma educacional.

Ferreti (2011) estabelece relações entre as atuais formas de organização do trabalho na escola e as mudanças que ocorreram no âmbito do trabalho estruturado sob a forma contemporânea de produção capitalista. Com base na articulação funcional da reforma educacional entre a centralização de recursos e controle e a descentralização da execução e na adoção do modelo gerencial, o autor discute a emergência de novas formas de organização do trabalho escolar, intensificando e proletarizando o trabalho docente e responsabilizando os profissionais que atuam na escola pelos sucessos e fracassos na implementação da reforma. Consequentemente, segundo Ferreti, tais condições provocam resistências, dissimulações e adesões deliberadas ou conformistas, motivando conflitos intra-escolares.

Melo, Fernandes e Oliveira (2017) discutem o federalismo, o processo de descentralização e a municipalização com foco nas políticas públicas que norteiam a gestão educacional, objetivando identificar as mudanças desencadeadas na gestão da educação a partir da reforma educacional.

Abdalla (2013) reflete sobre o professor coordenador (PC) no contexto do "Programa Ler e Escrever" da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e busca compreender as formas de responsabilização e/ou autonomia deste sujeito frente ao controle estatal. Conclui que o PC está determinado pelos discursos reformistas e objetos da reforma, na medida em que lhe falta um posicionamento crítico que permita questionar a política educacional do governo atual.

Freitas (2012) analisa os efeitos deletérios das políticas de responsabilização norte-americana que levaram especialistas a considerarem como a "década perdida" na educação. Após mostrar reunir evidências sonegadas pelos reformadores empresariais da educação no Brasil, alerta os riscos destas políticas no cenário educacional, tais como: fraudes, aumento da competição entre professores e escolas; preparação para os testes; aumento da segregação socioeconômica no território; segregação socioeconômica dentro da escola; precarização da formação e desmoralização do professor, entre outros.

Afonso (2015) coloca em causa o consenso cientista nas políticas de prestação de contas e de responsabilização e faz uma incursão exploratória ao que se designa de "paradoxos da transparência". Conclui que as práticas de corrupção em educação são

induzidas pela necessidade de dar resposta à governação baseada nos números, nos rankings e nas (supostas) evidências, anulando completamente as expectativas democráticas legítimas em torno da transparência dos processos educacionais e das decisões políticas.

Melgarejo e Shiroma (2019) analisam o projeto de Educação sustentado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e alguns aspectos da sua história, organização interna e contratos no Brasil. Conclui que as políticas do Banco visam estreitar a formação docente; reformas curriculares, avaliações em larga escala e *coaching*; flexibilizar a gestão; destruir a carreira do magistério a partir da sua substituição por políticas meritocráticas; implementar políticas de *accountability*; estabelecer a política de *vouchers*; além das diversas outras formas de privatização, que atingem desde a escolha dos materiais didáticos até a terceirização.

### *Segundo Eixo: Avaliação Educacional e Responsabilização escolar*

O quadro 2 coloca em evidência 19 artigos que enfocam a centralidade da avaliação externa na regulação de políticas educacionais, em que o desempenho das escolas e do sistema educacional operam como mecanismos de gestão educacional, no ínterim das políticas de responsabilização escolar e prestação de contas – *accountability*.

Quadro 2: Estudos que abordam a Avaliação Educacional e Responsabilização Escolar

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
RIBEIRO, OLIVEIRA E KOSLINSK	Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do “Prêmio Escola Nota Dez	2017
BONAMINO E SOUSA	Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola	2012
ROSISTOLATO E PRADO	Os profissionais da educação e as avaliações externas de aprendizagem: uma comparação entre Rio de Janeiro e Duque de Caxias	2014
PEREIRA E OLIVEIRA	Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização	2018
ALVES E SOARES	Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional	2013
BECKER	Avaliações Externas e Ensino Fundamental: Do Currículo para a Qualidade ou da “Qualidade” para o Currículo?	2016
FALABELLA	¿Qué aseguran las políticas de aseguramiento de la calidad? Un estudio de casos en distintos contextos escolares	2016
AUGUSTO	Os últimos dez anos de governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente	2013

AUGUSTO	Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados	2012
ANDREWS	Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009)	2012
MACHADO E ALAVARSE	Responsabilização ou controle da qualidade do ensino: a que serve a avaliação externa?	2015
FERRÃO	Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão	2012
MELO E LIMA	O Estado brasileiro e as políticas de avaliação da educação	2016
GUIMARÃES E ESTEVES	Sistemas de avaliação da educação superior em Portugal e Brasil	2018
RICHER, SOUZA E SILVA	A dimensão meritocrática dos testes estandardizados e a responsabilização unilateral dos docentes	2015
BECKER	Avaliação Educacional em larga escala: a experiência brasileira	2010
MOTA E MOTA	O discurso dos professores das escolas premiadas e apoiadas sobre o Prêmio Escola Nota Dez do Ceará	2019
FURTADO E SOARES	Impacto da bonificação educacional em Pernambuco	2018
FERREIRA	A avaliação das aprendizagens no ensino básico português e o reforço da avaliação somativa externa	2015

Fonte: Elaborado pelos autores.

Bonamino e Sousa (2012) analisam três diferentes gerações de avaliação em larga escala implementadas no Brasil: as avaliações de políticas; as avaliações com consequências simbólicas (*low stakes*); e, as avaliações com consequências concretas (*high stakes*). Conclui-se, com tal pesquisa, que, por um lado, há uma tendência das avaliações externas a condicionarem os docentes e os discentes para a preparação de testes e, por outro, colocam em evidência sobre a possibilidade de um debate sobre as competências e habilidades do currículo e sua articulação com a avaliação.

Já Machado e Alavarse (2015), ao discutir sobre as avaliações externas e seu uso em políticas de responsabilização os resultados das avaliações externas, concluíram que, embora as práticas de responsabilização operem uma distorção quanto as referências formativas e finalidades das avaliações educacionais, tais avaliações quando utilizadas de maneira formativa possibilitam estabelecer um controle da qualidade do ensino, no sentido de acompanhamento da aprendizagem dos alunos e do trabalho desenvolvido pelas equipes escolares.

Rosistolato e Prado (2014) basearam-se em oito grupos focais no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias para discutir o uso das avaliações externas na escola e a autonomia escolar, conclui-se que as avaliações externas influenciam nas interações escolares e nas orientações para as provas, indicando o desconhecimento sobre as políticas de avaliação.

Já para Koslinsk, Ribeiro e Oliveira (2017), ao observar o efeito da política PEN10 sobre desempenho, equidade e taxa de participação dos alunos na avaliação externa da alfabetização das escolas premiadas e apoiadas, concluíram que há efeito significativo positivo para as escolas premiadas e positivo para escolas apoiadas somente no quesito de participação nas avaliações externas.

Pereira e Oliveira (2018) analisam o impacto das políticas de responsabilização sobre o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e com base em aportes pós-estruturalistas, sustentam que as políticas de avaliação e responsabilização têm corroborado com a exclusão escolar e, por consequência, com o fenômeno de juvenalização do público da EJA.

Alves e Soares (2013), por sua vez, analisam a relação entre o indicador de qualidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) considerando os perfis socioeconômicos dos alunos e características do estabelecimento de ensino. Por fim, concluem que os aspectos socioeconômicos dos alunos e as estruturas das escolas influenciam nos resultados do IDEB, todavia, o resultado finalístico dessa avaliação não considera as condições que facultam tais resultados.

Becker (2016) discute a relação do processo de criação de Sistemas de Avaliação Educacional em larga escala em âmbito nacional e internacional com o currículo escolar do ensino fundamental na rede pública de ensino. A autora conclui que as contribuições e alterações para buscar uma educação de melhor qualidade não ocorre no sentido currículo-avaliação, mas sim no sentido avaliação-curriculo, destacando que tal política poderá acarretar na redução curricular e, concomitantemente, a diminuição da diversidade curricular no ensino fundamental. Em outro estudo, Becker (2010) apresenta experiências brasileiras na área de avaliação educacional em larga escala e conclui que, embora o Brasil tenha evoluído na coleta de dados e nas políticas de avaliação, ainda é necessário a construção de procedimentos e mecanismos para que tais resultados possam ser utilizados para uma melhoria da qualidade de ensino.

Falabella (2016), em seu artigo, apresenta resultados de um estudo de caso em oito escolas localizadas em diferentes contextos regionais, os resultados apresentados evidenciaram o contraste entre os casos, demonstrando que as práticas escolares se configuram em um campo desigual e que as políticas legitimam e aumentam essas diferenças, ao invés de diminuí-las.

Augusto (2013) apresenta reflexões acerca dos efeitos das políticas de avaliação no trabalho docente de Minas Gerais. O autor questiona se a bonificação e a premiação para os docentes constituem em uma maneira velada de mascarar a degradação das condições de trabalho. Em outro estudo, também sobre o sistema estadual de Minas Gerais, Augusto (2012) mostra que as medidas adotadas pelo governo responsabilizam os professores pelos resultados dos alunos nos sistemas de avaliação em larga escala.

Andrews (2012) verifica o impacto da pobreza sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em escolas de ensino fundamental em mais de 5.000 municípios brasileiros, comparando o desempenho de escolas estaduais e municipais. A análise dos resultados mostra que a pobreza tem um forte impacto no desempenho escolar, podendo explicar até 60% da variação dependendo da região.

Ferrão (2012) apresenta reflexões sobre aspectos da operacionalização da avaliação educacional na definição de políticas públicas e seu uso, descrevendo exemplos de uso inapropriado e consequências adversas para a educação. Já Melo e Lima (2016) analisa a trajetória do sistema de avaliação da Educação Básica da década 1980 até a implantação da ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização). Conclui que o resultado principal do sistema de avaliação foi a responsabilização dos profissionais da educação pelo desempenho baixo dos discentes.

Guimarães e Esteves (2018), por sua vez, comparam os sistemas de avaliação da educação superior entre Portugal e Brasil e suas influências nos currículos de formação inicial dos professores, apresentando resultados que indicam que o processo de avaliação externa tem influenciado os currículos ao destacar os aspectos positivos e os pontos fortes dos cursos, reforçando concepções e práticas curriculares atuais. Ademais, pontuam que tais resultados das avaliações externas valorizam e criam estratégias políticas para a responsabilização e prestação de contas para o aperfeiçoamento da formação dos professores.

Richer, Souza e Silva (2015) analisam a associação das políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado e o desdobramento do trabalho dos professores mediante testes estandardizados na educação brasileira. Os resultados evidenciaram a responsabilização somente do docente pelos resultados dos testes, além da omissão do Estado, concluindo que tais políticas promovem fundamentos competitivos e meritocráticos na escola pública.

Mota e Mota (2019) propuseram a conhecer as concepções dos docentes acerca da *accountability* na política educacional adotada pelo governo do Estado do Ceará e seu sistema de avaliação. Os resultados apontam para uma aproximação entre as avaliações das aprendizagens e as avaliações externas no cotidiano escolar. Por meio desse alinhamento o currículo escolar converge com os descritores das avaliações de monitoramento, os quais ganham centralidade na prática pedagógica.

Furtado e Soares (2018) avaliam o impacto do Bônus de Desempenho Educacional nas matérias de Língua Portuguesa e Matemática. Concluem que as escolas estaduais do 9º ano do ensino fundamental, que dispõem da política de bonificação, obtiveram cinco pontos a mais em comparação com as escolas da rede municipal, que não dispõem de tal política.

Ferreira (2015) reflete sobre as mudanças legais nas políticas de avaliação da educação básica do sistema de ensino Português, a partir da influência neoliberal e neoconservadora na educação escolar. Argumenta que os resultados obtidos pelos alunos nessas provas são utilizados para monitorar a qualidade educativa, com referência a padrões uniformes, determinados economicamente e que são visíveis em metas oficialmente estabelecidas para a educação escolar. Conclui que documentos normativos que atualmente regulamentam a avaliação das aprendizagens no ensino básico português revelam uma tendência de valorização dos resultados em detrimento dos processos de aprendizagem.

### *Terceiro eixo: Gestão e Responsabilização escolar*

O terceiro eixo agrupou sete artigos que centralizam o debate sobre Gestão e Responsabilização Escolar (RUIZ e PERONI, 2017; COSTA e FIGUEIREDO, 2013; SHIROMA, 2011; CERDEIRA, 2018; OLIVEIRA e CLEMENTINO, 2020; GARCIA et al., 2018; MEDEIROS et al., 2016;).

Ruiz e Peroni (2017) mapeiam e identificam a proposta da Fundação Victor Civita para a gestão escolar e mostram que a classe empresarial produz falsos consensos acerca da agenda educacional brasileira, propagando a ideologia do gerencialismo empresarial, com foco nos índices educacionais, responsabilização individualizadas, meritocracia e estímulo às parcerias público-privadas.

Costa e Figueiredo (2013) buscam identificar o papel da liderança escolar no desempenho de alunos e professores de diversos sistemas educativos (Austrália, Canadá,

Chile, EUA, Inglaterra e Nova Zelândia). Concluem que os sistemas educativos analisados apresentam práticas de liderança escolar similares e influenciados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Shiroma (2011), discute a gestão baseada nos resultados da avaliação e responsabilização nas políticas para professores. Conclui que tal política visa responsabilizar os docentes pelo mau desempenho dos discentes.

Cerdeira (2018) mapeia os usos de avaliações externas e mecanismos de responsabilização como dispositivos da Nova Gestão Pública. Os autores apontam que os fatores contextuais dos sistemas de ensino e das escolas possibilitam uma variação de usos dos dados produzidos pelas avaliações, sobretudo no contexto atual de responsabilização. Reforçam a ideia de que, apesar das críticas pertinentes à gestão pautada nas políticas de avaliação e responsabilização, há possibilidades de utilização dos resultados das avaliações para fins pedagógicos.

Quadro 3: Estudos que abordam a Gestão e Responsabilização Escolar.

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
RUIZ; PERONI	Relação público-privada e gestão escolar: o caso da Fundação Victor Civita	2017
COSTA; FIGUEIREDO	Quadros de referência para o desempenho dos líderes escolares	2013
SHIROMA	Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão dos professores	2011
CERDEIRA	Fatores associados ao uso dos resultados de avaliações externas no contexto das políticas de responsabilização educacional	2018
OLIVEIRA; CLEMENTINO	As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região Nordeste	2020
GARCIA; FAZIO; PANIZZON;BIZZO	Austrália, Brasil e Canadá: impacto das avaliações no ensino de Ciências	2018
MEDEIROS, ALVES E DUQUE	Evidenciação do Controle Social nas Prestações de Contas do Programa Dinheiro Direto na Escola no Município do Rio de Janeiro	2016

Fonte: Elaborado pelos autores.

Oliveira e Clementino (2020) analisam a sedimentação de um modelo transnacional de privatização da educação vinculado à Nova Gestão Pública, para compreender o desenho das políticas educacionais dos estados da região Nordeste do Brasil. Concluíram que não existe um modelo único de *accountability* nos estados nordestinos, mas três tipos: de alta, média e baixa consequências.

Garcia e colaboradores (2018) abordam os efeitos acerca das políticas de responsabilização para o ensino de Ciências na Austrália, no Brasil e no Canadá. Os

resultados obtidos demonstram que os testes padronizados por tais políticas terminam por negligenciar o ensino de Ciências em detrimento das matérias avaliadas.

Medeiros, Alves e Duque (2016) investigam a interferência da sociedade civil na gestão dos recursos públicos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), baseado nos conteúdos de 29 prestações de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados apontam para necessidade de aprimorar a participação da sociedade civil, maximizar a transparência de informações nos sites das escolas e creches e corrigir falhas de fiscalização na avaliação da prestação de contas e no arranjo do conselho.

MacLennon, Semensato e Olive (2015) avaliam os planejamentos de responsabilidade social empresarial ponderadas em instituições do ensino superior. Conclui-se que as instituições privadas se posicionam na estratégia de responsabilização social reativa, ou seja, tais instituições demonstram ter maior motivação a atender os cumprimentos legais do que a parceria e transparência para a sociedade civil.

#### *Quarto eixo: Políticas de accountability e Responsabilização escolar*

O quarto eixo refere-se aos estudos debruçados nas políticas de accountability e responsabilização escolar, totalizando 6 artigos (AFONSO, 2012; SILVA e BRENNAND, 2018; PAULA et al., 2018; PAULA et al., 2019; TORRES et al., 2019; SILVA, 2016).

Afonso (2012) propõe uma alternativa conceitual ao conceito de *accountability* a fim de fomentar o debate acerca das configurações mais democráticas e progressivas. Conclui que há necessidade de maior debate crítico, transparência, participação, justiça, entre outros.

Silva e Brennand (2018) analisam a implementação da política de *accountability* na gestão da rede de ensino básico no estado do Pernambuco. Os resultados mostram que tal mecanismo favorece a gestão democrática e indicam presença das políticas de avaliação nos estados como uma forma de melhoria educacional.

Paula, Costa e Lima (2018, 2019) ao analisarem os mecanismos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e buscarem a articulação da racionalidade neoliberal expressa na avaliação, concluem que tal articulação com *accountability* utiliza indicadores classificatórios, comparativos e escalonais para constituir rankings entre as instituições além da operacionalização da avaliação e do exame por desempenho como base dos processos regulatórios nas instituições.

Quadro 4: Estudos que abordam Políticas de *accountability* e Responsabilização escolar

Autor(es)	Revista	Ano
AFONSO	Para uma conceptualização alternativa de <i>accountability</i> em educação	2012
SILVA; BRENNAND	Políticas de <i>Accountability</i> na gestão educacional do estado de Pernambuco – Brasil.	2018
PAULA; COSTA; LIMA	<i>Accountability</i> e o mosaico da política de avaliação da educação superior brasileira	2018
TORRES; PALHARES; AFONSO	The distinction of excellent students in the Portuguese state school as a strategy of educational marketing accountability	2019
PAULA; COSTA; LIMA	O modelo de <i>accountability</i> e a política de avaliação da Educação Superior no Brasil	2019
SILVA	Políticas de <i>accountability</i> na educação básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho	2016

Torres, Palhares e Afonso (2019) analisam uma nova forma de *accountability* no sistema público de educação portuguesa, que valoriza a distinção acadêmica dos melhores alunos, como estratégia de gestão institucional para promover a imagem da escola. É isso que os autores se propõem a discutir, e que identificam como sendo uma nova forma de prestação de contas – a prestação de contas do marketing educacional. A pesquisa reitera a centralidade obsessiva dos resultados acadêmicos na gestão cotidiana das escolas; simultaneamente, a distinção dos melhores alunos é uma estratégia de marketing institucional que influencia a escolha da escola, projeta uma imagem social desejada e reforça o desempenho e o estilo de liderança dos diretores.

Silva (2016) discute a implementação da política de *accountability* escolar na educação básica da rede de ensino de Campina Grande, que articula a avaliação externa e “consequências fortes”, como o pagamento por desempenho. Conclui que o município de Campina Grande adota o mecanismo de responsabilização com consequências fortes, desprezando as reais condições das escolas e os níveis socioeconômicos dos alunos.

### Considerações Finais

Os quarenta e seis estudos ora apresentados e discutidos indicam o avanço da pesquisa nacional sobre *accountability* educacional, sob diferentes dimensões acerca dos desdobramentos das políticas de responsabilização. Pode-se dizer, como aponta Afonso (2015), que *accountability* no campo educacional implica a três campos articuláveis entre si: avaliação, prestação de contas e a responsabilização.

Neste estudo, pôde-se identificar e classificar o debate acadêmico-científico menos na discussão sobre a prestação de contas, que implicaria uma cidadania crítica, de acordo

com em quatro grandes dimensões: reforma educacional, avaliação externa, gestão escolar e políticas de responsabilização.

No **primeiro eixo** - Reforma Educacional e Responsabilização Escolar – observa-se uma produção teórica crítica acerca do modelo economicista adotado na reforma administrativa do Estado e seus impactos sobre o setor educacional e a gestão escolar. O tema em destaque aborda a agenda das reformas educacionais dentro e fora do Brasil cujo desdobramento é estudado no âmbito das atividades da escola bem como na definição de finalidades educativas e na qualidade do ensino na sala de aula. Como reflete Afonso (2012; 2015), os discursos sobre as melhorias da educação e, conseqüentemente, as noções de qualidade e *accountability* (avaliação, prestação de contas e responsabilização), têm contingenciado o processo educacional nas últimas décadas, sob o domínio e a hegemonia do pensamento neoconservador e neoliberal, que induz a um modelo único de *accountability* em detrimento de configurações que sejam mais democráticas e progressistas.

No **segundo eixo** - Avaliação Educacional e Responsabilização escolar – mostra a mudança da avaliação educacional ao longo do tempo até alcançar centralidade avaliação como instrumento de operacionalização das políticas de responsabilização escolar. A maioria dos trabalhos enfatiza uma baixa correlação entre tais dispositivos de gestão e a melhoria da qualidade do ensino. Como afirma Falabella (2016), apesar da relevância das políticas de garantia da qualidade, também conhecidas como políticas de "responsabilização pelos resultados", existem poucas evidências empíricas a esse respeito. Dos trabalhos identificados neste estudo, apenas dois trabalhos destacaram aspectos positivos (KOSLINSK; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2017; FURTADO; SOARES, 2018). O contraste entre os casos mostra que as práticas escolares se configuram em um campo desigual, e as políticas legitimam e aumentam essas diferenças, ao invés de diminuí-las.

No **terceiro eixo** - Gestão e Responsabilização escolar – os trabalhos que discutem atrelada às políticas educacionais de avaliação como modelo de gestão, a (neo)tecnocracia fundamentado no discurso da Nova Gestão Pública, desqualifica, responsabiliza e desautoriza os profissionais da educação, estimulando, por vezes, comportamentos perversos na amplificação das desigualdades no âmbito interior das escolas. A disseminação dos instrumentos da *accountability* fundamenta-se nos pressupostos da Nova Gestão Pública

Nota-se, também, que a maioria dos trabalhos correspondentes a essa classe se fundamenta em aportes teóricos críticos à utilização indiscriminada da responsabilização escolar com consequências “fortes”; alguns apontam para alternativas aos “novos modos de regulação educativa - mais horizontais e menos hierárquicos - na definição das políticas públicas de educação” (OLIVEIRA; CLEMENTINO, 2020).

No **quarto eixo** - Políticas de *accountability* e Responsabilização escolar - verificou-se que, neste eixo, estão elencados segmentos de texto que enfatizam os estudos que visam investigar o conceito de *accountability* e como as políticas educacionais brasileiras assume uma interpretação acerca da prestação de contas mais associada ao modelo norte-americano de *accountability*, isto é, articulada às práticas de monitoramento, às avaliações educacionais e premiações ou sanções. Destaca-se, nos artigos, a diversidade e/ou polissemia de sentidos que abarcam a noção de prestação de contas/*accountability* bem como a importância de “complexificar e dar maior rigor teórico conceptual à *accountability* em educação” (AFONSO, 2015).

Pode-se inferir, por fim, que embora exista de modo latente o teor democrático implícito na ideia de “prestação de contas”, a qual requer a participação ativa da sociedade e uma cidadania crítica, as denominadas políticas de *accountability* estão alinhadas ao pensamento neoconservador e neoliberal consubstanciando uma forma tecnocrática e gerencialista de avaliação, prestação de contas e responsabilização que, do ponto de vista simbólico e imaginário, materializa consequências e imputações negativas e estigmatizantes à escola pública e seus profissionais. Destaca-se assim, a responsabilização escolar como característica contemporânea da regulação das políticas educacionais nacionais, internacionais e supranacionais.

## **Bibliografia**

ABDALLA, M; TAVARES, L. Do controle estatal às formas de responsabilização: a autonomia do professor coordenador **Educação e Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1287-1303, dez. 2013.

AFONSO, A. J. Para uma concetualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 471-484, jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, p. 1313-1326, dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: Crítica à accountability baseada em testes padronizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13-29, 2009.

\_\_\_\_\_. Políticas avaliativas e accountability em educação — subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo Revista de Ciências da Educação**, n. 9, 2009.

\_\_\_\_\_. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Revista Contrapontos**, v. 7, n. 1, p. 11-22, mar. 2007.

ALAVARSE, O. Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. **Cadernos Cenpec**, v. 3, n. 1, dez. 2013.

ALVES, M. T. G. e SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 177-194, mar. 2013.

ANDREWS, C. W.; VRIES, M. S. de. Pobreza e municipalização da educação: análises dos resultados do IDEB (2005-2009). **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, p. 826-847, dez. 2012.

AUGUSTO, M. A. Os últimos dez anos de governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. **Educação e Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1269-1285, dez. 2013.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, dez. 2005.

BARBANA, S.; DUMAY, X.; DUPRIEZ, V. Accountability policy forms in European educational systems: an introduction. **European Educational Research Journal**, v. 19, n. 2, p. 165-169, 2020.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. D. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, v. 41, 2015.

BECKER, F. D. R. Avaliação Educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 53, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. Avaliações externas e ensino fundamental: do currículo para a qualidade ou da “qualidade” para o currículo? **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 10, n. 4, p. 37-48, 2012.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BROADFOOT, P. Un nouveau mode de régulation dans un système décentralisé: l'État évaluateur. **Revue Française de Pédagogie**, n. 130, p. 43-55, 2000.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.128, p.377-401, maio/ago. 2006.

\_\_\_\_\_. Responsabilização Educacional no Brasil. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 1, n. 1, p. 93-109, 2008.

\_\_\_\_\_. Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 24, n. 55, p. 34-62, ago. 2013.

CAMARGO, B. V.; JUSTO A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013

CASSETTARI, N. Principais modelos de remuneração por desempenho para professores no Brasil. In: **Congresso Ibero-americano de Política e Administração da Educação**, 3., 2012, Zaragoza. Anais... Zaragoza: ANPAE; FEAE; FPAE, 2012.

CERDEIRA, D. G. D. S. Fatores associados ao uso dos resultados de avaliações externas no contexto das políticas de responsabilização educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 2, 2018.

COSTA, J. A.; FIGUEIREDO, S. Quadros de referência para o desempenho dos líderes escolares. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 21, n. 79, p. 183-202, jun. 2013.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

ERNICA, M. Divergências e chão comum: o direito à educação no iv seminário de educação brasileira **Educação e Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1323-1341, dez. 2013.

FALABELLA, A. ¿Qué aseguran las políticas de aseguramiento de la calidad? Un estudio de casos en distintos contextos escolares. **Estudios Pedagógicos**, v. 42, n. 1, p. 107-126, 2016.

FERRÃO, M. E. Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: Tópicos de reflexão., **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 455-469, jun. 2012.

FERREIRA, C. A. A avaliação das aprendizagens no ensino básico português e o reforço da avaliação sumativa externa. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 1, p. 153-169, mar. 2015.

FERREIRA, M. J. e VIDAL, V. M. Relação público-privada e gestão escolar: o caso da Fundação Victor Civita. **Laplage em revista**, v. 3, n. 3, p. 147-163, 2017.

FERRETTI, C. J. Considerações em torno das formas atuais de organização do trabalho na escola. **Educação: teoria e prática**, v. 21, n. 38, dez. 2011.

FREITAS, D. N. T. de. **A avaliação da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007.

\_\_\_\_\_. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, jun. 2012

FRYER, G. R. Teacher incentives and student achievement: evidence from New York city public schools. **Journal of Labor Economics**, v. 31, n. 2, p. 373-427, 2013.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 989-1014, out. 2007.

FURTADO, C. S. do V.; SOARES, T. M. Impacto da bonificação educacional em Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 29, n. 70, p. 48-76, abr. 2018.

GARCIA M.N.; SANTOS S.M.B.; PEREIRA R.S.; ROSSI G.B. Software livre em relação ao software proprietário: aspectos favoráveis e desfavoráveis percebidos por especialistas. **Gestão e Regionalidade**, v. 26, n. 78, 2010.

GARCIA, P. S. FAZIO, X. e PANIZZON, D. Austrália, Brasil e Canadá: impacto das avaliações no ensino de Ciências. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 29 n. 70, abr. 2018.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

HYPOLITO, A. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: teoria e prática**, v. 21, n. 38, p. 59-78, dez. 2011.

KOSLINSKI, M. C.; RIBEIRO, E.; OLIVEIRA, L. X. Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do "Prêmio Escola Nota Dez". **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 28, n. 69, p. 804-846, dez. 2017.

LIMA, P; MELO, E. O estado brasileiro e as políticas de avaliação da educação **Laplage em Revista**, v. 2, n. 2, p. 111-128, ago. 2016.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Responsabilização ou controle da qualidade do ensino: a que serve a avaliação externa? **Educação: teoria e prática**, v. 25, n. 48, p. 67-79, abr. 2015.

MALET, R. École, médiations et réformes curriculaires. **Perspectives internationales**, Éditions de Boeck-Universités, 2010.

MEDEIROS, A. C. O.; ALVES, F. J. D. S.; DUQUE, A. P. O. Evidenciação do Controle Social nas Prestações de Contas do Programa Dinheiro Direto na Escola no Município do Rio de Janeiro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 3, p. 80-100, 2016.

MELGAREJO, M. M.; SHIROMA, E. O. O projeto de educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Roteiro**, v. 44, n. 3, p. 1-24, 2019.

MELO, M. F. S.; FERNANDES S. B. S.; OLIVEIRA, F. F. A. Federalismo, descentralização e municipalização: Desafios das políticas públicas para a gestão educacional. **HOLOS**, v. 3, p. 51-61, set. 2017.

MENEZES, P. H. B.; MARTINS, H. C.; OLIVEIRA, R. R. The Excellence Baldrige Criteria in The Effectiveness of Higher Education Institutions Management. **Brazilian Business Review**. v. 15, n. 1, p. 47-67, fev. 2018.

MØLLER, J. e SKEDSMO, G. Nova Gestão Pública na Noruega: o papel do contexto nacional na mediação da reforma educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 779-800, set. 2015.

MOTA, Maria; MOTA; Diego. O discurso dos professores das escolas premiadas e apoiadas sobre o Prêmio Escola Nota Dez do Ceará. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2019.

OLIVEIRA, D. A. et al. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 3, p. 707-726, 2017.

OLIVEIRA, D. A.; CLEMENTINO, A. M. As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região Nordeste. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 83, n. 1, 2020.

PASSONE, E. F. K. . Gestão escolar e democracia: o que nos ensinam os estudos de Eficácia Escolar. **Laplage em Revista**, v. 5, n. 2, p. 142-156, 2019. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/456>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PASSONE, E. F. K. Da avaliação em larga escala ao furor avaliativo: a degradação do ato educativo. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 3, 2019a. disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3553>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PASSONE, E. F. K. Incentivos monetários para professores: avaliação, gestão e responsabilização na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 152, p. 424-448, 2014.

PAULA A. S. N.; COSTA F. J. F.; LIMA K. R. R. Accountability e o mosaico da política de avaliação da educação superior brasileira. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2018.

PAULA A. S. N.; COSTA F. J. F.; LIMA K. R. R. O modelo de accountability e a política de avaliação da Educação Superior no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 60, p. 362-385, mar. 2019.

PEREIRA, T. V; OLIVEIRA, R. A. A. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 29, n. 71, p. 528-553, ago. 2018.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F.. A perspectiva política da educação comparada e as avaliações internacionais da qualidade da educação. **Políticas Educativas – PolEd**, v. 1, n. 1, 2014.

ROSISTOLATO, R.; PRADO, A. P. DO. Os profissionais da educação e as avaliações externas de aprendizagem: uma comparação entre Rio de Janeiro e Duque de Caxias. **Roteiro**, v. 39, n.2, p. 311-330, dez. 2014.

RUIZ, M. J. F.; PERONI, V. M. V. Relação público-privada e gestão escolar: o caso da Fundação Victor Civita. **Laplage em Revista**, v. 3, n. 3, p. 147-163, 2017.

SANTOS, F. A. DOS. Do global ao local: a implantação das políticas de responsabilização docente, gestão gerencial e avaliação por resultados. **Acta Scientiarum Education**, v. 38, n. 3, p. 293-302, jul. 2016.

SHIROMA, E; EVANGELISTA, O. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, v. 29, n. 1, 127-160, jun. 2011.

SILVA, A. F. da. Políticas de accountability na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **RBPAE**. v. 32, n. 2, p. 509 – 526, ago. 2016.

SILVA, D.; LOPES, E. L.; BRAGA JUNIOR, S. S. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 01-18, abr. 2014.

SILVA, P. F.; BRENNAND, E. G. D. G. Políticas de Accountability na gestão educacional do estado de Pernambuco - Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 4, n. 1, 2018.

SOUZA, S. M, Z. L.; OLIVEIRA, R. P de. Sistemas de avaliação educacional no Brasil: características, tendências e uso dos resultados. **Relatório de pesquisa Fapesp**, jul. 2007.

SOUZA, S. Z. L. Avaliação e gestão da educação básica no Brasil: da competição aos incentivos. In DOURADO, L. R. **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?** São Paulo: Editora Xamã, 2009.

PASSONE, E.; RONCOLI, M. G. Revisão da literatura sobre os estudos de responsabilização escolar no Brasil

TORRES, L. L.; PALHARES, J. A.; AFONSO, A. J. The distinction of excellent students in the Portuguese state school as a strategy of educational marketing accountability. **Educational assessment, evaluation and accountability**, p. 1-21. 2019.

---

*Recebido em Janeiro de 2022*

*Aprovado em Março de 2022*

*Publicado em Abril de 2022*

---

# Jornal de Políticas EDUCACIONAIS



Volume 16

Seção Artigos e84282

28 de abril de 2022



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

#### INDEXAÇÃO:

##### *BASE DE DADOS*

*Sumário.Org*  
*Google Scholar*  
*BASE*  
*Dimensions*  
*Miar*

##### *DIRETÓRIOS*

*Scielo Educ@*  
*Diadorim*  
*DOAJ*  
*Erih Plus*  
*Latindex*  
*EZB*  
*ROAD*  
*Journal 4-free*

##### *ÍNDICES*

*Index Copernicus*  
*Cite Factor*

##### *PORTAIS*

*LiVre*  
*Capes*  
*Science Open*  
*World Wide Science*

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 16, e84282 – Abril de 2022

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Isaac Paxe (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM – Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil) Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilméia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

---

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

---

Jornal de Políticas Educacionais  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Educação  
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR  
Avenida Sete de Setembro, 2645  
2º andar, Sala 213  
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil  
Tel.: 41-3535-6264  
jpe@ufpr.br  
<http://revistas.ufpr.br/jpe>